



Diário Oficial

FCTN viabiliza implantação de bibliotecas em Ananindeua Belém e Benevides

Comissão de Gestão Ambiental

A Defensoria Pública do Estado edita a Portaria nº 650 pela qual fica criada a Comissão Permanente de Gestão Ambiental. Essa comissão tem como finalidade planejar adotar e administrar ações permanentes e transitórias visando a gestão ambiental da DPE. A Defensoria também institui os seguintes grupos de trabalho do Fundo da Defensoria. Grupo de Arrecadação, Grupo de Ônus de Sucumbência, Grupo Administrativo e Grupo de Convênios.
(Cad. 1 - Pág. 8)

Reforma de escola

A Secretaria de Estado de Educação comunica a abertura de Licitação Tomada de Preços tendo como finalidade a contratação de empresa para execução de obras de reforma na escola Antonio Moraes do Nascimento localizada no município de Quatipuru. A SEDUC comunica ainda a suspensão do Pregão Eletrônico nº 040, em razão de alterações na planilha de preços e especificação de itens. Esse certame objetiva aquisição de instrumentos musicais.
(Cad. 4 - Pág. 1)

A Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves e o Instituto Criança Vida celebram convênio tendo como finalidade a implantação do Projeto Educar para Crescer. Esse projeto visa a implemen-

Realização de exames

A Prefeitura Municipal Ipixuna do Pará torna pública a realização de licitação pregão presencial para contratação de empresa especializada para aplicação de exames médicos em candidatos classificados em concurso público realizado pela referida Prefeitura.
(Cad. 5 Pág. 13)

tação de bibliotecas escolares e brinquedotecas em escolas públicas e centros municipais de educação infantil nos municípios de Ananindeua, Belém e Benevides.
(Cad. 3 - Pág. 13)

Conferência municipal

A Prefeitura Municipal de Paragominas por meio da sua Comissão Organizadora, convoca a sociedade civil e organizações governamentais para participar da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que terá como tema Acessibilidade e Inclusão: "Um compromisso que também é seu".
(Cad. 5 - Pág. 13)

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (XXXVII)

O governador Luiz Geolás de Moura Carvalho sancionou a Lei nº. 1.715, de 04 de agosto de 1959, que fixava os vencimentos do pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará.

Tenente Coronel: Cr\$ 18.000,00; Major: Cr\$ 16.000,00; Capitão: Cr\$ 14.000,00; 1º Tenente: Cr\$ 12.000,00; 2º Tenente: Cr\$ 10.000,00; Aspirante a Oficial: Cr\$ 9.000,00; Sub-Tenente: Cr\$ 8.000,00; 1º Sargento de Fileira: Cr\$ 7.500,00; 1º Sargento Música: Cr\$ 7.500,00; 2º Sargento de Fileira: Cr\$ 7.000,00; 2º Sargento Música: Cr\$ 7.000,00; 3º Sargento Música: Cr\$ 6.000,00; 3º Sargento de Fileira: Cr\$ 6.000,00; Cabo: Cr\$ 5.500,00; Soldado Cometeiro: Cr\$ 5.000,00; Soldado: Cr\$ 4.800,00; Escrivão da Justiça Militar: Cr\$ 6.000,00; Oficial de Justiça: Cr\$ 5.500,00; e Identificador Datiloscopista: Cr\$ 5.000,00.

A lei também elevava de Cr\$ 10.000,00 para Cr\$ 20.000,00, a representação de Coronel Comandante Geral. Aos militares inativos ficaria assegurada a diferença de 2/3 entre os proventos e o aumento de vencimentos verificado na presente lei.

IOEPA

Impressos gráficos com qualidade.

Faça seu orçamento!

4009-7817

